



---

# RELATÓRIO E CONTAS

## 2017

## ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS .....	3
ENQUADRAMENTO .....	4
RELATÓRIO DE ATIVIDADE.....	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	12
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	28



## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa Administrativa

Provedor: Anselmo Antunes de Sousa  
Vice-Provedor: Jorge Adalberto Marques Daniel  
Secretário: Luís Filipe Branco Lopes  
Tesoureiro: António João do Nascimento  
Vogal: António José Borges Prata

### Conselho Fiscal

Presidente: Carlos Manuel Ferreira Sampaio  
Vogal: João António Dias  
Vogal: Palmira Maria Sião Martins Carneiro



## ENQUADRAMENTO

“A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objectivo de satisfazer as carências sociais e praticar actos de culto católico, a sua fundação data de 20 de Agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida activa e está muito florescente, estendendo a sua actividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Actividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social.

A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de Abril de 1929.

Da primeira comissão nomeada a fim de organizar os estatutos pelos quais passaria a reger-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda, fizeram parte o Dr. Artur Augusto Pereira de Faria como presidente; Dr. Luís Maria Tavares de Albuquerque que desempenhou o cargo de vice-presidente; secretário o Pe. Ivon Augusto do Santo Brandão; tesoureiro o Pe. Álvaro Gomes dos Santos e como vogal o Dr. Artur de Jesus Tomé.

Existia a trabalhar em paralelo com a Misericórdia a Casa dos Pobres, à frente da qual se encontrava entre outros o Dr. Augusto César de Carvalho. Os primeiros e únicos estatutos Casa dos Pobres datam de 22 de Setembro de 1949, foram aprovados por despacho de 22/09/1949 do Subsecretário de Estado da Assistência Social, e publicados no Diário do Governo 240/2.ª série de 15/10/1949. Aqui funcionava a sopa dos pobres, albergue para velhos e inválidos e um centro materno-infantil.

Em 1961 por despacho de 22 de Março de 1961 do Sr. Ministro da Saúde e Assistência e publicação no Diário do Governo n.º 77 2.ª série de 3 de Abril de 1961, dá-se a integração da chamada Casa dos Pobres na Misericórdia, pois na opinião do Sr. Ministro, era completamente descabida a existência de duas Instituições a trabalhar isoladamente.

A 6 de Maio de 1961 foi efectuada por parte da direcção da Casa dos Pobres à direcção da Santa Casa da Misericórdia a entrega de todos os bens e valores.

Como é do domínio público a determinada altura o Estado, reconhecendo necessidade de se debruçar atentamente sobre a medicina-preventiva, cria, por despacho ministerial, os chamados “Centros de Saúde” que em virtude desta determinação, começam a proliferar por toda a parte, chegando também a vez da vila de Meda.

Por isso a 8 de Outubro de 1971, à falta de instalações próprias e por cedência da Mesa, então em funções, instala-se na dita Casa dos Pobres, já então saturada, os serviços do Centro de saúde.

Situação que se manteve, trazendo atritos para a Misericórdia e provocando desentendimentos constantes entre a mesma e os serviços de saúde, até 1 de Setembro de 1981, data em que entrou em funções o novo e belo edifício do Centro de Saúde, construído com dinheiros Americanos e sob a orientação do Governo Português.

Através da celebração de protocolos com as diversas entidades regionais procura criar sinergias que potenciem a valorização económica dos recursos da região. Visa, em particular, apoiar a atividade das



Instituições Particulares de Solidariedade Social, apoiar atividades de promoção da formação integral dos jovens, nomeadamente através do desporto e do aumento dos níveis de literacia financeira, e apoiar atividades culturais e de investigação científica em áreas com interesse na região.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda teve como primeiro Provedor o Dr. Luís Tavares Albuquerque, natural da freguesia da Coriscada deste Concelho de Meda. Aqui exerceu durante muito tempo as funções de notário, sabendo enfrentar com dignidade as primeiras dificuldades, mas procurando incutir, um certo espírito religioso e caritativo, que sempre presidiu à fundação destas Instituições e esteve patente nos propósitos da rainha D. Leonor, obreira das primeiras Misericórdias, que apareceram em Portugal.

O seu mandato estendeu-se até 11 de Março de 1941, seguindo-se no desempenho das mesmas funções, o Dr. Fernando Augusto Alonso, que se manteve à frente dos destinos da Misericórdia até 3 de Junho de 1957, sendo substituído, por António Augusto de Carvalho, que estendeu o seu mandato até 4 de Fevereiro de 1962, seguiu-se o Sr. Claudino Soares Rebelo, Provedor até 19 de Fevereiro de 1967, dando lugar a Adriano da Assunção que esteve à frente da Misericórdia até 29 de Setembro de 1974. Nesta altura desponta no horizonte da vida da Misericórdia, o Padre Urbelino dos Santos Martins Pinto, que com uma visão clara da panorâmica das Misericórdias, soube imprimir um certo dinamismo e calor humano a esta obra que hoje é grandiosa e querida das gentes da Meda, que a acarinham e respeitam como empreendimento mais valioso do Concelho, dedicando-se por inteiro à Instituição até ao dia 21 de Março do ano de 1999.

É empossada nova direcção nesse mesmo dia cuja Mesa Administrativa passou a ser presidida pelo Senhor Provedor Dr. Anselmo Antunes de Sousa que atualmente se mantém e que tomou posse mais uma vez no passado dia 07 de Janeiro do ano de 2017.”

*in: [www.misericordiameda.com](http://www.misericordiameda.com)*



## RELATÓRIO DE ATIVIDADE

O ano de 2016 fica marcado pela Adjudicação das obras de construção/remodelação do Lar Nossa Senhora de Fátima pelo valor de €773.430,20 (setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e trinta euros com vinte cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Na sequência desta adjudicação, as obras iniciaram-se no mês de Setembro do mesmo ano.

Ocorreu a 09 de Dezembro de 2016 a eleição da Direcção desta Instituição para um mandato de 4 anos, da qual saiu reeleita a mesma Mesa Administrativa do mandato anterior.



## VALÊNCIAS

### Centro de Apoio a Idosos

#### Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva (1.ª Fase)

- Capacidade internamento - 68 utentes 60 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de actividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### Lar -Fase 2

- Capacidade internamento - 33 utentes 20 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de actividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

### Centro de Dia

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Organização de actividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.



### Apoio Domiciliário

- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas.

### Casa de Bem Estar

- Capacidade de internamento: 30 utentes sem qualquer acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;
- Organização de actividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

### Actividade de Tempos Livres (ATL)

- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

#### Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de actividades lúdico-recreativas.

### Cantinas Sociais

Considerando que o XIX Governo Constitucional definiu no seu programa, como um dos seus objectivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social é criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas uniu-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda a este programa proporcionando assim as devidas refeições aos mais carenciados.

- Capacidade: 21 utentes Todos com acordo de Cooperação.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## BALANÇO

	Notas	2016	2017
Valores em euros			
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	3.082.241,18	2.800.569,27
Bens do Património histórico e cultural			
Investimentos em Curso	8	68.799,89	706.845,90
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	2.168,71	3.909,58
Propriedades de Investimento	8	332.538,84	332.538,84
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	9	9.603,30	20.852,42
<b>Créditos a Receber</b>			
Clientes/Utentes/Arrendatários	5	90.591,59	99.354,20
Adiantamentos a fornecedores	5		
Estado e outros entes públicos	12	12.036,87	4.987,13
Outras contas a receber	7	345.232,61	622.185,67
Diferimentos	6	8.529,67	8.173,62
Outros ativos financeiros			
<b>Meios Financeiros Líquidos:</b>			
Caixa e Depósitos à Ordem	5	149.428,17	98.068,64
Depósitos a Prazo	5	739.745,00	60.635,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.840.915,83</b>	<b>4.758.120,27</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais:</b>			
Fundos	10	140.215,31	140.215,31
Excedentes Técnicos/Doações	10	1.158.368,47	1.158.368,47
Reservas			
Resultados transitados	10	3.252.114,07	2.943.086,45
Excedentes de Revalorização			
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	10	1.083,90	
Resultado Líquido do Período	25	(309.027,62)	(284.682,17)
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>		<b>4.242.754,13</b>	<b>3.956.988,06</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	65.131,29	65.045,19
Adiantamentos de clientes	11		
Estado e outros entes públicos	12	21.802,15	24.120,29
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13	330.272,55	541.545,06
Outras contas a pagar	11	180.955,71	170.421,67
Outros passivos financeiros			
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>598.161,70</b>	<b>801.132,21</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO</b>		<b>4.840.915,83</b>	<b>4.758.120,27</b>



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		Valores em euros	
	Notas	2016	2017
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	14	990.523,35	1.028.149,19
Subsídios, doações e legados à exploração	15	641.132,51	646.068,59
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(255.191,28)	(347.781,31)
Fornecimentos e serviços externos	16	(400.433,09)	(314.226,75)
Gastos com o pessoal	17	(1.045.355,94)	(1.085.995,67)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(28.821,31)	1.430,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	19	133.531,77	99.978,31
Outros gastos	20	(13.297,17)	(26.463,55)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>22.088,84</b>	<b>1.158,81</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(336.723,73)	(288.689,16)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(314.634,89)</b>	<b>(287.530,35)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21	5.607,27	3.083,22
Juros e gastos similares suportados	22		(235,04)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(309.027,62)</b>	<b>(284.682,17)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>(309.027,62)</b>	<b>(284.682,17)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	NOTAS	Valores em euros	
		2016	2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	24	1.021.452,42	1.020.816,58
Pagamento de subsídios	24		
Pagamentos de apoios	24		
Pagamento de bolsos	24		
Pagamento a fornecedores	24	(699.704,84)	(682.987,23)
Pagamentos ao pessoal	24	(1.045.355,94)	(1.085.995,67)
		<b>(657.867,74)</b>	<b>(194.918,93)</b>
<b>Caixa gerada pelas operações</b>			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	24	724.686,34	561.674,43
		<b>66.818,60</b>	<b>(186.491,89)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis	24	(76.566,16)	(646.804,13)
Activos intangíveis	24		
Investimentos financeiros	24		
Outros activos	24		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis	24		
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	24	133.531,77	99.978,31
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	24	5.607,27	3.083,22
Dividendos			
	24	<b>62.572,88</b>	<b>(543.742,60)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			(235,04)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
	24		<b>(235,04)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	24	<b>129.391,48</b>	<b>(730.469,53)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	24	<b>759.781,69</b>	<b>889.173,17</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	24	<b>889.173,17</b>	<b>158.703,64</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÊDA, é uma irmandade, Instituição Particular de Solidariedade inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n. 60/82 fls 74 e 74 verso.

As suas actividades centram-se no apoio a pessoas idosas com e sem alojamento bem como a crianças do primeiro ciclo.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e às entidades do sector não lucrativo.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

#### 3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Edifícios e Outras Construções para Saúde	20
Equipamento básico	7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros activos fixos tangíveis	7

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

### 3.3. Imparidade de activos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.4. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio



dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

### 3.5. Activos e passivos financeiros

#### a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

#### c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo.

#### d) Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são registados ao custo.

### 3.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Instituição;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Instituição;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Instituição;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

### 3.8. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de activos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2018 relativos a 2017 e análise de imparidade de activos e respectivos ajustamentos.

### 3.9. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

### 3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se registaram no período.



## 5. ATIVOS FINANCEIROS

### Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ATIVOS FINANCEIROS	Valores em euros					
	2016			2017		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Disponibilidades:</b>						
Caixa	723,40		723,40	764,04		764,04
Depósitos à Ordem	148.704,77		148.704,77	97.304,60		97.304,60
Outros Depósitos Bancários	739.745,00		739.745,00	60.635,00		60.635,00
	<b>889.173,17</b>		<b>889.173,17</b>	<b>158.703,64</b>		<b>158.703,64</b>
Outros Instrumentos Financeiros	2.168,71		2.168,71	3.909,58		3.909,58
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado:</b>						
Clientes/Utentes/Arrendatários	90.591,59	0,00	90.591,59	99.354,20	0,00	99.354,20
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>981.933,47</b>	<b>0,00</b>	<b>981.933,47</b>	<b>261.967,42</b>	<b>0,00</b>	<b>261.967,42</b>

## 6. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 2017 e em 2016 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2016	2017
Gastos a Reconhecer	8.529,67	8.173,62
Sub. Para Inves.	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.529,67</b>	<b>8.173,62</b>

A rubrica de “Gastos a Reconhecer” é composta na sua totalidade por Seguros.

## 7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 2017 e em 2016 as rubricas do activo corrente “Outras contas a Receber” apresentavam a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2016	2017
Poise	334.267,75	310.551,65
IEFP	10.046,81	8.982,43
Fundo Rainha D. Leonor	0,00	300.000,00
Outros	918,05	2.651,59
<b>TOTAL</b>	<b>345.232,61</b>	<b>622.185,67</b>

**8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante o exercício findo em 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Valores em euros

	2017						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Ferramentas e Utensilios	
<b>Ativos</b>							
Saldo inicial	149.988,53	4.692.150,87	776.659,74	103.646,17	80.327,97	17.905,44	<b>5.820.678,72</b>
Aquisições			4.627,02		1.033,38	1.356,75	<b>7.017,15</b>
Alienações							
Transferências							
Abates							
Saldo final	<b>149.988,53</b>	<b>4.692.150,87</b>	<b>781.286,76</b>	<b>103.646,17</b>	<b>81.361,35</b>	<b>19.262,19</b>	<b>5.827.695,87</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial		1.848.984,89	719.086,70	86.996,17	67.907,66	15.462,09	<b>2.738.437,51</b>
Amortizações do exercício		251.567,61	25.821,05	5.550,00	3.979,87	1.770,63	<b>288.689,16</b>
Perdas por imparidade							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Regularização							
Abates							
Saldo final		<b>2.100.552,50</b>	<b>744.907,75</b>	<b>92.546,17</b>	<b>71.887,53</b>	<b>17.232,72</b>	<b>3.027.126,67</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>149.988,53</b>	<b>2.591.598,37</b>	<b>36.379,01</b>	<b>11.100,00</b>	<b>9.473,82</b>	<b>2.029,47</b>	<b>2.800.569,20</b>

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

À data de fecho do exercício existe um valor de €332.538,84 considerado como propriedades de investimento que representam os Edifícios de Lisboa. A Instituição optou por contabilizar as suas

propriedades de investimento pelo valor patrimonial, tendo derogado o disposto no paragrafo 29 da NCRF PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.

As contas da sociedade apresentavam um valor de Investimentos em curso €706.845,90 que diz respeito à reconstrução do Lar Nossa Senhora de Fátima.

## 9. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2015			2017		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MP, subsidiárias e de consumo	9.603,30	0,00	9.603,30	20.852,42	0,00	20.852,42
Prod. Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prod. Trab. Em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>9.603,30</b>	<b>0,00</b>	<b>9.603,30</b>	<b>20.582,42</b>	<b>0,00</b>	<b>20.582,42</b>

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício findo em 2017 é detalhado conforme se segue:

	2017			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	0,00	9.603,30	0,00	9.603,30
Compras	0,00	359.030,43	0,00	359.030,43
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	20.852,42	0,00	20.852,42
<b>Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas</b>	<b>0,00</b>	<b>347.781,31</b>	<b>0,00</b>	<b>347.781,31</b>

Não se mostrou necessário o reconhecimento de qualquer perda por imparidade relativo a este activo.

**10. FUNDOS PATRIMONIAIS****Fundos**

€ 140.215,31

**Doações**

€1.158.368,47

**Resultados Transitados**

€2.943.086,45

**Aplicação de resultados**

Os Excedentes do Exercício do Período anterior, no montante de € -309.027,62 foram aplicados em Resultados Transitados.

**11. PASSIVOS FINANCEIROS****Fornecedores e outros passivos financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2016	2017
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores, conta corrente	65.131,29	65.045,19
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Adiantamento de Clientes/Utentes/Arrendatários	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>65.131,29</b>	<b>65.045,19</b>

**Outras contas a pagar**

Em 2017 e em 2016 a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2016	2017
<b>Curto Prazo:</b>		
Fornecedores de Investimentos	20.250,21	6.110,25
Remunerações a Liquidar	141.685,01	145.417,38
Outros	19.020,49	18.894,04
<b>TOTAL</b>	<b>180.955,71</b>	<b>170.421,67</b>

O montante a Curto Prazo diz respeito aos valores a pagar a:

- Outros fornecedores de investimento (€6.110,25);
- Estimativa de Férias e mês de Férias (€145.417,38);
- Valor de Utentes em transito (€18.894,04).

**12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em 2017 e em 2016 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	Valores em euros			
	2016		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Iva Dedutível Reembolsos	12.036,87	0,00	4.987,13	0,00
Imp. sobre o Rend. de Trabalho Dependente	0,00	2.452,00	0,00	2.781,00
Imp. sobre o Rend. de Trabalho Independente	0,00	699,13	0,00	933,13
Sobretaxa IRS	0,00	31,00	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	18.469,82	0,00	20.211,65
Fundo de Compensação do Trabalho	0,00	150,20	0,00	194,51
<b>TOTAL</b>	<b>12.036,87</b>	<b>21.802,15</b>	<b>4.987,13</b>	<b>24.120,29</b>

**13. DIFERIMENTOS PASSIVOS**

Em 2017 e em 2016 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2016	2017
<b>Rendimentos a Reconhecer:</b>		
Poise	330.272,55	241.545,06
IEFP	0,00	0,00
Fundo Rainha D. Leonor	0,00	300.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>330.272,55</b>	<b>541.545,06</b>

**14. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS**

Em 2017 e em 2016 a rubrica de “Vendas e Serviços Prestados” apresentava a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2016	2017
Lares	690.986,96	721.967,02
Casa de Bem Estar	190.575,70	205.356,06
Centro de Dia	3.000,38	3.125,00
ATL	11.894,50	11.981,75
Apoio Domiciliário	28.448,55	36.313,56
Bairro Social	9.360,00	9.765,00
Cantina Social	41.045,00	27.807,50
Quotas/Fisioterapia/outras	15.212,26	11.833,30
<b>TOTAL</b>	<b>990.523,35</b>	<b>1.028.149,19</b>

**15. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

Em 2017 e em 2016 a rubrica de “Subsídios à Exploração” apresentava a seguinte composição:

	Valores em euros	
	2016	2017
Lares	397.886,79	382.436,83
Casa de Bem Estar	85,82	0,00
Centro de Dia	10.673,40	14.613,72
ATL	25.542,72	26.077,80
Apoio Domiciliário	97.872,27	100.179,22
Poise	109.071,51	102.572,47
IEFP	n.d	19.888,60
Doações	n.d	299,95
Geral	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>641.132,51</b>	<b>646.068,59</b>

**16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 tem o seguinte detalhe:

	Valores em euros	
	2016	2017
Trabalhos Especializados	16.989,85	5.432,03
Honorários	50.304,06	62.268,43
Conservação e Reparação	39.936,01	58.404,64
Serviços Bancários	508,27	852,73
Outros Serviços Especializados		29,52
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	11.795,69	11.524,75
Livros e Documentação Técnica		
Material de Escritório	2.556,28	2.293,14
Artigos para Oferta	2.325,50	4.840,75
Outros Materiais	570,76	1.195,62
Electricidade	41.215,69	37.136,26
Combustível Rodoviário	5.680,36	5.914,31
Combustível de Aquecimento	19.378,95	23.324,54
Gás	48.582,63	60.400,24
Água	3.809,52	4.953,36
Deslocações e Estadas	1.611,23	2.246,75
Rendas e Alugueres	90,00	628,89
Comunicações	4.177,60	5.197,15
Seguros	8.092,65	10.682,82
Contencioso e Notariado	0,00	0,00
Fraldas	55.998,59	n.a.
Produtos de Limpeza Geral	56.123,46	14,89
Medicação	9.071,54	9.722,19
Produtos de Enfermagem	13.943,03	n.a.
Jornais	1.270,20	1.376,20
Outros Serviços	6.401,22	5.787,54
<b>TOTAL</b>	<b>400.433,09</b>	<b>314.226,75</b>

**17. GASTOS COM O PESSOAL**

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	Valores em euros	
	2016	2017
Remunerações do pessoal	861.789,93	899.649,65
Encargos sobre remunerações	178.891,22	180.934,90
Seguros de acidentes de trabalho	4.674,79	5.411,12
<b>TOTAL</b>	<b>1.045.355,94</b>	<b>1.085.995,67</b>

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2017 foi de 93.

**18. IMPARIDADES/REVERSÕES DE DÍVIDAS A RECEBER**

A rubrica de “Imparidades de dívidas a receber” nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	Valores em euros	
	2016	2017
Utentes	400,00	550,00
Inquilinos	28.421,31	50,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>28.821,31</b>	<b>600,00</b>

A rubrica de “Reversões” nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	Valores em euros	
	2016	2017
Utentes	0,00	0,00
Inquilinos	0,00	2.030,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2.030,00</b>

**19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	Valores em euros	
	2016	2017
Ganhos em Inventários	0,00	0,00
Sinistros	0,00	0,00
Rendas	119.410,25	98.679,48
Outros	14.121,52	1.298,83
<b>TOTAL</b>	<b>133.531,77</b>	<b>99.978,31</b>

**20. OUTROS GASTOS E PERDAS**

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é conforme se segue:

	Valores em euros	
	2016	2017
Impostos	10.683,23	10.122,26
Quotizações	1.260,00	600,00
Multas e Outras Penalidades	1.241,61	933,69
Outros	112,33	14.807,60
<b>TOTAL</b>	<b>13.297,17</b>	<b>26.463,55</b>

**21. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES**

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	Valores em euros	
	2016	2017
Depósitos em instituições de crédito	5.607,27	3.083,22
Outros		
<b>TOTAL</b>	<b>5.607,27</b>	<b>3.083,22</b>

A rubrica em 2017 é composta por Juros de Deposito a Prazo.

**22. JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES**

Os juros e outros gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	Valores em euros	
	2016	2017
Juros de Mora	0,00	235,04
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>235,04</b>

**23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

**24. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

Desagregação dos movimentos ocorridos no período de 2017 e 2016:

Descrição	2016	2017
Método direto:		
(1) Fluxo de caixa das atividades operacionais	66.818,60	-186.491,89
(2) Fluxo de caixa das atividades de investimento	62.572,88	-543.742,60
(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamento	0,00	-235,04
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)</b>	<b>129.391,48</b>	<b>-730.469,53</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	759.781,69	889.173,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	889.173,17	158.703,64
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (saldo final – saldo inicial)</b>	<b>129.391,48</b>	<b>-730.469,53</b>

**25. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido do Período de 2017 de €284.682,17 negativo seja aplicado em resultados transitados.

**O Técnico Oficial de Contas**

*Nélio dos Santos Patrício Sousa*

*TOC N. 989125*

**A Mesa Administrativa**

Anselmo Antunes de Sousa

Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento

Luís Filipe Branco Lopes

António José Borges Prata



**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda (doravante designada Instituição), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Instituição, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Mesa Administrativa, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram corretamente elaboradas e contabilizadas, tendo como base o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Analisámos, também, o relatório da Mesa Administrativa, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram desenvolvidas pela Instituição.

Face ao exposto, concluímos que o Relatório de Gestão, a Demonstração de Resultados e o Balanço exprimem de forma correta e verdadeira a situação patrimonial da Instituição, pelo que damos o nosso parecer favorável aos respetivos documentos.

Meda, 07 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL,

---

Carlos Manuel Ferreira Sampaio  
Presidente

---

João António Dias  
Vogal

---

Palmira Maria Sião Martins Carneiro  
Vogal

